

A IMPORTÂNCIA DO GÊNERO NO ENSINO DE HISTÓRIA

The importance of gender in history teaching

Adriana Weber

Alfredo Coleraus Sommer

Luiz Tadeu Daitx Camargo

Pablo Nunes dos Santos¹

Resumo: O gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença dos sexos, enquanto o sexo diz respeito ao atributo biológico, no conceito de gênero toma-se o desenvolvimento das noções de “masculino” e “feminino” como construção social. O uso desse conceito permite abandonar a explicação da natureza como a responsável pela grande diferença existente entre os comportamentos e lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade. Mesmo com a grande transformação dos costumes e valores que vêm ocorrendo nas últimas décadas, ainda persistem muitas discriminações, por vezes encobertas, relacionadas ao gênero, este trabalho tem como primeiro objetivo a reflexão acerca da melhor maneira de trabalhar a questão do gênero nas escolas.

Palavras-chave: História. Gênero. Educação.

Abstract: Gender refers to the set of social and cultural representations built from gender differences, while sex refers to biological attribute, on gender concept we can take the developing of the notion of “male and female” as social construction. The use of this concept allows us to abandon the explanation of nature as responsible for the great difference between the behaviors and places occupied by men and women in society. Even with the great change of the habits and values that took place in the last decades, much discrimination still persists, sometimes hidden, related to gender, this research has as a first objective the reflexion about the better way to teach gender question at school.

Keywords: History. Gender. Education.

Introdução

O gênero pode ser definido como aquilo que identifica e diferencia homens e mulheres, ou seja, o gênero masculino e o gênero feminino, de acordo com sua definição “tradicional”. Pode ser usado como sinônimo de “sexo”, referindo-se ao que é próprio do sexo masculino, assim como do sexo feminino. No entanto, a partir do ponto de vista das ciências sociais e da psicologia, principalmente, o gênero é entendido como aquilo que diferencia socialmente as pessoas, levando em consideração os padrões histórico-culturais atribuídos para os homens e mulheres.

Por ter um papel social, o gênero pode ser construído e desconstruído, ou seja, pode ser entendido como algo mutável e não limitado, como define as ciências biológicas. Desta forma, o gênero consiste no modo como determinado indivíduo se identifica na sociedade, com base no papel social do gênero e no sentimento individual de identidade da pessoa, todavia, estas manifestações de gênero, ocorrem nos mais diferentes espaços sociais, na família, no trabalho, na comunidade e principalmente na escola, esta sendo fundamental na construção da identidade dos estudantes, em especial nos primeiros anos de ensino, em que os processos de discriminação e exclusão são mais acentuados. Assim, este trabalho tem como objetivo fazer

¹ Professor da Escola Estadual Ruben Berta. Porto Alegre – RS. E-mail: pablonunes27@gmail.com.

uma reflexão acerca destas relações de gênero no ambiente escolar, em especial na disciplina de História, dando o devido destaque às etapas do processo educacional: Ensino Fundamental e Ensino Médio.

O presente texto foi elaborado a partir da revisão bibliográfica, a leitura dos Parâmetros Curriculares Nacionais e documentos que regem o sistema de ensino no Brasil e da ponderação reflexiva por parte dos redatores do artigo, sendo que as considerações possuem teor introdutório e reflexivo, não conclusivo.

Desafios ao educador no ensino de gênero em História

Uma vez que se tornou obrigatório um dos assuntos que devem ser abordados em sala de aula, no ensino de História, o assunto Gênero traz junto de si um grande desafio, pois ele não é um assunto fechado, em que se poder separar alguns períodos, preparar planos de aula bem interessantes, apresentar e pronto, tarefa cumprida. Este é um tema normalmente abordado de maneira transversal e multidisciplinar, o que o torna mais desafiador ainda aos professores, pois ele pode ser estudado dentro de cada tema no ensino da História.

Sempre haverá algo que se falar sobre o papel da mulher em cada etapa da história da humanidade, desde as sociedades ágrafas até à História Contemporânea. Baseando-nos na premissa de que neste momento estamos cientes de que este tema não trata apenas de um saber baseado em informações concretas a ser repassado, mas envolve muito mais do que isso, envolve mudança de pensamento, crenças e tradições, comportamentos, vemos que trabalhamos com emoção, com preceitos e valores, algo muito mais subjetivo do que um fato histórico puro e simples, mesmo considerando que jamais se poderia afirmar que um fato histórico é puro e simples.

[...] o ensino de 1º e 2º graus, através da lei 5.962/71, tem por objetivo propiciar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades, enquanto condição à auto realização, preparação para o trabalho e exercício da cidadania. A dicotomia é clara: há um espaço/lugar onde se produz saber e outro onde esse saber é divulgado e consumido. Como se não bastasse, o mesmo problema é reproduzido na própria docência: há os que produzem saber dedicando-se integralmente à pesquisa e há aqueles que o transmitem – os professores (HORN; GERMINARI, 2010, p. 94).

Tendo este pensamento em vista, nos propomos a pensar como transformar este desafio em algo prazeroso e interessante tanto para o educador, que no momento está representado por nós mesmos, e para o aluno, representado pelo sujeito que desejamos seja alimentado, influenciado pelo que de melhor temos para transmitir.

Como poderão ser feitas estas abordagens de modo a transmitir princípios de vida, mais do que mero conhecimento?

Para ensinar História a partir da experiência de vida do aluno, é necessária uma perspectiva teórico-metodológica que fale da vida das pessoas, que destaque, por exemplo as festas familiares, as festas coletivas, as memórias e as lembranças dos sujeitos de todos os segmentos sociais. É preciso dar voz às histórias das mulheres, das crianças pobres, trabalhadores, enfim, fazer falar sujeitos que sempre estiveram excluídos dos conteúdos ensinados (HORN; GERMINARI, 2010, p. 125).

O desafio é a partir da vivência do próprio aluno, incorporar novos olhares e conhecimentos a respeito do assunto. Levando em conta que cada um vem de suas próprias vivências a partir de lares distintos com experiências distintas, vamos apresentar novos paradigmas, não impor

novos preceitos, mas dar a conhecer novas faces de uma mesma moeda, a partir de novos pontos de vista.

Como desenvolver na sala de aula atividades didáticas que possam ao mesmo tempo em que se estuda um certo tema, abordá-lo no ponto de vista do Gênero, sem se tornar piegas, por exemplo, apresentando as mulheres somente a partir do ponto de vista da vitimologia, somente como criaturas sem direito à palavra, ao voto, à liberdade de escolha, enfim, a partir da visão do sujeito sempre oprimido pelo homem. E se o assunto for a sexualidade? Como apresentar de forma que não seja levada para o lado do lugar comum, considerando o respeito, a moralidade necessária ao bem viver, sem ser a moralidade excessiva, repressiva? Como apresentar sem cair na vulgaridade, sem apresentar valores ditados pela moda ou pelo momento, mas lembrando que estamos lidando com mentes e personalidades em formação? A quem queremos encontrar depois de algum tempo, sujeitos que foram alimentados com ideias pré-concebidas ou sujeitos que formaram opinião própria e sabem defender suas ideias e sentimentos?

Não cremos que o aluno deva ser o repositório das ideias de seu professor e dos preceitos de seu tempo, preferimos vê-lo como o sujeito que, em posse de várias possibilidades, terá condições de, por si mesmo, eleger qual linha de pensamento quer seguir e aceitar, deixando de ser assim um robô programado para pensar esta ou aquela teoria que está em voga no momento de sua formação.

É neste momento da escolha do professor, de qual método didático utilizará para apresentar ao aluno o tema escolhido, que ele poderá optar pelas muitas e novas opções geradas e aceitas neste tempo de miríades de possibilidades. É aqui que a didática, através de seus variados métodos de ensino, ajudará o professor em seu desafio de apresentar ao aluno não só o conceito de gênero, mas as inúmeras formas de abordá-lo de maneira eficaz em cada tempo da História que quiser, quando quiser e como achar apropriado. Na introdução do livro *Ensino de História* (2010), encontramos os seguintes aspectos:

A ciência da referência remete-se à Didática da História para propor operações cognitivas que estejam ao alcance dos alunos. [...] A Didática da História leva em conta, sistematicamente, a autonomia e a independência disciplinares [...] as fontes, consideradas objeto material de pesquisa histórica, vêm adquirindo [...] cada vez mais importância e vem expandindo seu significado. Ao uso exclusivo dos documentos escritos como fontes foi incorporada a variedade de produção da sociedade (ABUD; SILVA; ALVES, 2010, p. 9-10).

Neste momento, abrimos nossa mente para a perspectiva do uso de novas fontes para o estudo da História na sala de aula, abrem-se novas opções de abordagens do conhecimento.

Obras de arte, como pinturas e esculturas, documentos escritos de natureza diversa, como registros particulares, anotações domésticas, tipos variados de correspondência, formas de manifestação literária e musical, imagens fixas e em movimento, peças da vida cotidiana, enfim tudo o que fornecesse informação sobre a vida humana aos poucos foi incorporado ao universo de fontes históricas (ABUD; SILVA; ALVES, 2010, p. 11).

O livro nos diz que somente a partir da primeira metade do século XX novas abordagens historiográficas abriram espaço para a diversidade de fontes e também que “os historiadores, então passaram a construir suas narrativas baseadas em outros tipos de registros – imagéticos, orais, sonoros e materiais” (ABUD; SILVA; ALVES, 2010, p.1). Considerando que o educador não deixa de ser um historiador, podemos considerar que estes conceitos valem para a sala de aula também, portanto, o ensino está então aberto para o uso da infinidade de recursos que podem ser usados para o estudo de qualquer princípio.

Na sequência, o livro dará sugestões das diversas possibilidades agora já tratadas como documentos, ainda que não se tratem exclusivamente de papéis. Em diversos capítulos que tratam minuciosamente das abordagens didáticas, temos como sugestões o uso de documentos escritos, jornais, literatura, música, meio ambiente, mapas, museus, fotografias, cinema.

Considerando cada um dos itens apresentados, o professor poderá escolher o mais apropriado para a sua abordagem de estudo. Vejamos, então, apenas um exemplo para ilustrar a ideia. Se ele quiser apresentar um estudo sobre o conceito de beleza na aparência das mulheres ao longo do tempo nas diferentes sociedades em diferentes épocas, seria interessante a visita a um museu e analisar as pinturas ali retratadas? Um museu em sua cidade, ou um museu virtual, dependendo do caso em que a escola ofereça condições para o passeio ou acesso à internet. O acesso a um museu de comunicação onde pudesse verificar através de jornais ou revistas, como se vestiam ou se penteavam. Que tipo de atividades eram exercidas em sua comunidade ou no lar para produzir beleza? Que meios usavam para ficar bonitas? Como a sociedade encarava o processo de embelezar-se?

Sempre levando em consideração que há mesmo nos mais variados temas do currículo, a possibilidade de aprofundar-se ou não no ponto escolhido. Bittencourt (2008) diz que os movimentos sociais, tais como o movimento feminino, foram responsáveis por promoveram uma forte valorização da história social no interior da produção do conhecimento histórico e dos espaços escolares.

Uma das mais profícuas sugestões para o ensino são os projetos de trabalho que geram grande envolvimento por parte dos alunos, professores e até da comunidade escolar como um todo. No estudo do gênero, haveria uma imensidão de sugestões de projetos a serem feitos e que significariam a superação da concepção de “tábula rasa” para com a história de nossos estudantes enquanto sujeitos históricos, capazes de transformar a realidade na qual se encontram (individual e coletiva), e não meramente receptores de conhecimentos ou espectadores da performance de seus professores, mas sujeitos conscientes, pensantes, criativos e transformadores da realidade.

Um bom exemplo a ser aproveitado é um dos vários projetos oferecidos pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS, 2017), em que são apresentadas sugestões de atividades a serem feitas com material criado e oferecido pelo próprio APERS numa proposta que se chama APERS? Propostas pedagógicas a partir de fontes arquivísticas. Nesta iniciativa do APERS, em particular, foi preparado o material pedagógico de nome “A Transversalidade nas Fontes”, diversas fontes arquivísticas para diferentes trabalhos pedagógicos, em que a Proposta 1: História das mulheres e das relações familiares, que traz a problematização acerca das relações nas quais as mulheres estavam inseridas e das formas como eram conduzidas e como conduziam suas vidas em um contexto histórico determinado.

Para a construção do projeto, a equipe lançou mão de documentos que são parte dos Acervos do Judiciário e do Executivo. São documentos como processos judiciais, processos administrativos, termos de declarações de investigação policial, relatórios, planos administrativos e registros.

Como ideia de pensamento que conclui o que desejamos apresentar como fundamento das responsabilidades dos professores que apresentam definições, ensinam conceitos, ditam paradigmas e com isso formam opiniões na mente de seus alunos, citaremos um trecho que resume nosso pensamento a respeito da abordagem do ensino de Gênero nas classes de História:

A jornada do campo educacional exige seriedade, comprometimento, responsabilidade, dedicação, doação, tempo, espera, paciência, fé, atitude, liderança, sensibilidade, amor, cuidado, e toda vez que se fizer necessário, lembre-se da frase, por alguns atribuídos a William Shakespeare, por outros a Henrique de Souza Filho, mais conhecido

como Henfil que é a de que “se não houver frutos, valeu a beleza das flores; se não houver flores, valeu a sombra das folhas; se não houver folhas, valeu a intenção da semente”; bem como os dizeres de Raduan Nassar, de que já é gratificante e louvável, a possibilidade de semear (FOCHI, 2015, p. 173).

Conceituando gênero e sua importância no ensino de História

O conceito de gênero exige um pensamento plural em cima de teorias construídas por cientistas e pesquisadores, que após análise e representações sociais e argumentos biológicos e culturais das desigualdades entre o ser masculino e feminino propõe ir além da simples dicotomia de sentimento e razão; teoria e prática, entre outros.

Este conceito, como estudou Foucault, passa por uma rede de poder que reproduz uma relação de poder. No estudo dos gêneros, o conceito pode variar de acordo com o enfoque que se deseja observar, por exemplo, um enfoque bem comum é o aprofundamento do estudo dos movimentos feministas e sua história que até não é tão recente assim.

A história está repleta de momentos onde a ação feminina direta está presente sem que, muitas vezes, seja reconhecida. Na virada do século XIX para o século XX houve maior visibilidade desses fatos através da questão sufragista e da luta por direitos básicos de cidadania.

Tornar visível àquela que fora ocultada foi o grande objetivo dos estudiosos feministas desses primeiros tempos. A segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito-inclusive como sujeito da ciência (LOURO, 2010, p.17).

O conceito de gênero surgiu nos meios acadêmicos no final do século XX com as definições dos filósofos Jaques Derrida e Michel Foucault. O termo gênero surgiu primeiramente entre as feministas norte-americanas, onde havia uma rejeição ao determinismo biológico implícito quando se falava de sexo ou diferenças sexuais. Alguns estudos mostraram ainda e tiveram como objetivo a importância dos sexos nos grupos de gêneros no passado do ponto de vista histórico.

No seu uso recente e mais simples “gênero” é sinônimo de “mulheres”. Durante os últimos anos, livros e artigos que tinham como tema a História das Mulheres, substituíram em seus títulos o termo “mulheres” pelo termo “gênero”. Em alguns casos, este uso ainda que se referindo vagamente a certos conceitos analíticos trata realmente da aceitabilidade política desse campo de pesquisa. Nessas circunstâncias, o uso do termo gênero visa indicar a erudição e a seriedade de um trabalho, pois “gênero” tem uma conotação mais objetiva e neutra que “mulheres”. O “gênero” parece integrar-se à terminologia científica das ciências sociais e, por consequência, dissociar-se da política (pretensamente escandalosa) do feminismo (SCOTT, 2008, p. 4).

A terminologia de gênero é em realidade de difícil definição precisa porque é nova como invenção social. Esse tema é transversal e se relaciona com o ensino de História dentro e fora da escola. Esse tema se insere no tema da orientação sexual no eixo da pluralidade.

Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuais e gênero culturalmente construídos. Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de “homem” se aplique, exclusivamente, a corpos masculinos ou que o termo “mulheres” interprete somente corpos femininos” (BUTLER, 2003, p. 24).

O ensino de História vem seguindo as mudanças ocorridas anteriormente nas academias e aos poucos difundindo nas salas de aula do Ensino Médio e Fundamental essa importante discussão das relações de gênero e sexualidade.

Um questionamento interessante no caso brasileiro é o fato de que hoje nosso ensino é bastante feminino na questão gênero, pois a maioria dos professores hoje é do sexo feminino, o que de certa forma serve de parâmetro para os questionamentos em sala de aula sobre o feminismo e as relações de gênero que daí se estabelecem, fugindo, inclusive, de um viés puramente biológico e ampliando a questão da simples dualidade homens e mulheres.

O gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais”, a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e as mulheres. É uma maneira de se referir as origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres (SCOTT, 2008, p. 3).

As relações de gênero indicam a possibilidade de alunos e alunas conhecerem a história das mulheres, suas lutas e conquistas e ainda as vitórias desse processo, sempre lembrando a necessidade de evitarmos a dicotomia quase inevitável dos gêneros.

Sexualidade e gênero no ensino fundamental

Gênero pode ser definido como aquilo que identifica e diferencia os homens e as mulheres, ou seja, o gênero masculino e o gênero feminino, de acordo com sua definição “tradicional”, podem ser usados como sinônimo de “sexo”, referindo-se ao que é próprio do sexo masculino, assim como do sexo feminino.

No entanto, a partir do ponto de vista das ciências sociais e da psicologia, principalmente, o gênero é entendido como aquilo que diferencia socialmente as pessoas, levando em consideração os padrões histórico-culturais atribuídos para os homens e mulheres.

Por ter um papel social, o gênero pode ser construído e desconstruído, ou seja, pode ser entendido como algo mutável e não limitado, como define as ciências biológicas, desta forma, o gênero consiste no modo como determinado indivíduo se identifica na sociedade, com base no papel social do gênero e no sentimento individual de identidade da pessoa.

O conceito da identidade de gênero não está relacionado com os fatores biológicos, mas sim com a identificação do indivíduo com determinado gênero (masculino, feminino ou ambos), por exemplo, uma pessoa que biologicamente nasceu com o sexo masculino, mas que se identifica com o papel social do gênero feminino, deve ser socialmente reconhecida como uma mulher.

Todavia, estas manifestações de gênero ocorrem nos mais diferentes espaços sociais, na família, no trabalho, na comunidade e também na escola, esta sendo fundamental na construção da identidade dos estudantes, em especial nos primeiros anos de ensino, onde os processos de discriminação e exclusão são mais acentuados, pela falta de maturidade dos alunos e, muitas vezes, pela falta de preparo dos profissionais da educação, pois existem desigualdades sociais que afetam de vários modos a permanência e o desempenho de meninos e meninas, da mesma forma que cada profissional de educação traz consigo um conjunto de representações sobre masculinidade e feminilidade que interfere no seu trabalho pedagógico com cada estudante.

Contudo, devemos compreender que o centro do debate não está se a escola deve ou não falar sobre gênero e orientação sexual, mas em como preparar-se para tratar deste tema da melhor forma possível, visto que já está inserido no ambiente escolar, podendo ser incorporado no currículo escolar e devendo ser trabalhado de forma distinta na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, em especial na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, contribuindo na principal etapa de formação humana, visando formar um jovem com capacidade de conviver com as diferenças, tenha compreensão das desigualdades históricas entre homens e mulheres e das diferentes formas de discriminação e violência.

Diante disto, analisemos as previsões que constam nos PCN (BRASIL, 2000):

É inegável que há muitas diferenças nos comportamentos de meninos e meninas. Reconhecê-las e trabalhar para não as transformar em desvantagens é papel de todo educador. O trabalho sobre relações de gênero tem como propósito combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação. Desde muito cedo são transmitidos padrões de comportamento diferenciados para homens e mulheres. A flexibilização dos padrões visa permitir a expressão de potencialidades existentes em cada ser humano e que são dificultadas pelos estereótipos de gênero. Como exemplo comum, pode-se lembrar a repressão das expressões de sensibilidade, intuição e meiguice nos meninos ou de objetividade e agressividade nas meninas. As diferenças não precisam ficar aprisionadas em padrões preestabelecidos, mas podem e devem ser vividas a partir da singularidade de cada um (BRASIL, 2000, p. 32).

Uma das políticas mais conhecidas no Brasil, apresentadas recentemente, foi a publicação dos PCN, em 2000, cuja parceria com a área da educação foi estratégica na abordagem do problema do gênero, visto que coloca em debate o problema da hierarquização na relação entre meninos e meninas, assim como o problema da autoestima.

Entretanto, a melhor forma de trabalhar a questão do gênero no Ensino Fundamental, em um primeiro momento trabalhar sobre a superação da hierarquia entre homens e mulheres, os movimentos feministas e a questão libertadora, a garantia de uma identidade escolhida com base em uma harmonização das características entre masculino e feminino, sem hierarquias.

Assim como diferenciar sexualidade de gênero, onde o corpo biologicamente constituído não esgota as possibilidades de formação ao longo da vida, pois muitas aptidões não são definidas pela natureza, mas adquiridas por meio de processos e estímulos culturais e sociais que nos oferecem os mais variados estímulos para que nossos objetivos sejam alcançados.

Desta forma, tendo em vista as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2012), que definem como seus fundamentos, entre outros, a dignidade humana, a igualdade de direitos, o reconhecimento e a valorização das diferenças e das diversidades, a laicidade do Estado e a democracia na educação, o Ministério da Educação reitera a importância dos conceitos de gênero e a orientação sexual para as políticas educacionais e para o próprio processo pedagógico, por fim, sendo categoria central no processo de construção de uma escola efetivamente democrática que reconheça e valorize as diferenças.

Art. 3º A Educação em Direitos Humanos, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamenta-se nos seguintes princípios: I - dignidade humana; II - igualdade de direitos; III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; IV - laicidade do Estado; V - democracia na educação; VI - transversalidade, vivência e globalidade; e VII - sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2012, p. 48)

A questão do gênero se coloca em praticamente todos os assuntos trabalhados pela escola, nas diferentes áreas, como em Língua Portuguesa. Nos textos literários, podemos perceber as perspectivas de gênero por meio de análise de personagens e descrição de suas características. Em Língua Estrangeira, podemos explorar as diferentes conotações atribuídas ao masculino e feminino em vários países e diferentes culturas. Na Geografia, podem-se incluir a perspectiva de gênero nos movimentos migratórios, analisando suas consequências nos arranjos familiares e profissionais. Na disciplina de Arte seria interessante trabalhar as discriminações, a sensibilidade artística relacionada ao feminino, assim como trabalhar a História das mulheres, entre outros, da mesma forma, na Educação Física, sendo necessário tomar cuidado com os estereótipos ligados ao gênero, como a separação rígida entre meninos e meninas, ou seja, podemos trabalhar as relações de gênero em qualquer situação do convívio escolar.

O que esta proposta pretende é que se aborde, o tempo todo, a perspectiva de gênero nas relações, na vivência da sexualidade, explicitando e buscando formas mais criativas nos relacionamentos sexuais e amorosos. Tome-se como exemplo a discussão do tema da homossexualidade. Muitas vezes se atribui conotação homossexual a um comportamento ou atitude que é expressão menos convencional de uma forma de ser homem ou mulher. Ela escapa aos estereótipos de gênero, tal como um menino mais delicado ou sensível ser chamado de “bicha” ou uma menina mais agressiva ser vista como lésbica, atitudes essas discriminatórias. Em cada período histórico e em cada cultura, algumas expressões do masculino e do feminino são dominantes e servem como referência ou modelo, mas há tantas maneiras de ser homem ou mulher quantas são as pessoas. Cada um tem o seu jeito próprio de viver e expressar sua sexualidade. Isso precisa ser entendido e respeitado pelos jovens (PCN, 1998, p. 32).

O cuidado, por parte do professor, de momentos de convivência e de trabalho com alunos de ambos os sexos pode ajudar a diminuir a hostilidade entre eles, além de propiciar observação, descobertas e tolerância das diferenças. Essa convivência, mesmo quando vivida de forma conflituosa, é também facilitadora dessas relações, pois oferece oportunidades concretas para o questionamento dos estereótipos associados ao gênero.

No que diz respeito aos temas de gênero a serem trabalhados na faixa etária de 1 a 5 anos, tem-se: a diversidade de comportamento de homens e mulheres em função da época e do local onde vivem; a relatividade das concepções tradicionalmente associadas ao masculino e ao feminino; o respeito pelo outro sexo, na figura das pessoas com as quais se convive; o respeito às muitas e variadas expressões do feminino e do masculino.

É igualmente importante que sejam feitos momentos em que esses temas sejam diretamente abordados, como trabalhos planejados e sistematizados, leitura e análise de notícias ou de obras literárias, isto é, são boas formas de informar e promover discussões a respeito de valores e atitudes ligados à questão. No estudo dos conteúdos de História, podem ser trabalhados os comportamentos diferenciados de homens e mulheres em diferentes culturas e momentos históricos, o que auxilia os alunos a entenderem as determinações da cultura em comportamentos individuais.

Gênero e sexualidade no Ensino Médio

A busca por uma sociedade mais democrática e justa deve ser um dos objetivos sociais que trabalham na escola professores, professoras, alunas e alunos, e todo o elenco que compõe um teatro de educação para a sociedade como um todo, e a inclusão nas séries iniciais faz parte disto, sendo que o Ensino Médio é ponto de partida onde as definições de personalidades de definem.

O ensinamento para inclusão do gênero no meio escolar trouxe de uma maneira ainda muito complexa de determinados conceitos e o entendimento para a erradicação do preconceito de gênero em todas as áreas do ensino em nosso país.

Um estudo com jovens no Ensino Médio nos Estados Unidos, aponta o assédio sexual como uma forma mais insidiosa de discriminação:

[...] durante o ano de 2011, mais de 50% das meninas e 40% dos meninos relataram ter sofrido algum tipo de assédio sexual. Estudantes homossexuais enfrentaram discriminação mais grave: 85% de denúncias de abuso verbal e 19% foram vítimas de violência física. O preconceito de gênero nas salas de aula também pode ter um efeito poderoso sobre a percepção dos alunos a longo prazo sobre suas oportunidades futuras (ISEA, 2017, s.p.).

Com ênfase na promoção da igualdade social, regional de gênero de orientação social, que é mencionado em atendimento à orientação do Plano Nacional de Educação, no seu artigo 2º, traz uma forma de tendência a cerca da construção da cidadania e do estudo sobre a sociedade e nas escolas. O PNE (2014) em todas as esferas da administração pública, ou seja, (nacional, estadual e municipal) o processo de interagilidade em torno da dimensão de gênero e o de orientação sexual nos planos da educação.

É conceito fundamental compreender a dimensão histórica, social, política e cultural das diferenças e do próprio processo de construção subjetiva de homens e mulheres. O plano Nacional de Educação, no artigo 5º e parágrafo 1, apresenta que:

Tendo o Brasil criado metas de inclusão e paridade e igualdade de gênero desde a década 70, e com isso, eliminou disparidade de gênero na educação primária e secundária até 2005 e alcançar a igualdade de gênero na educação até 2015, onde as meninas estão plenas e qualitativas à educação básica de boa qualidade. Nesta direção, a Constituição Federal de 1988 afirma que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações (PNE, 2014, s.p.).

Fica na concepção didática, o professor procura da melhor forma caminhos ou formação o seu desenvolvimento de conteúdo, levando em consideração o seu grau cultural e intelectual, pós-universitária, para o desafio de enfrentar uma classe de diversificação de gênero, já que a influência familiar é muito forte na estrutura emocional do aluno.

Tem professores que acham que dar aulas para meninas é muito mais produtivo do que para meninos, tendo em vista, justamente o perfil familiar. Pesquisas em centros dedicados ao ensino de gênero nas escolas, tendo como base as do ensino básico, fica claro que a escola é primordial no apoio ao professor. A figura do professor perante os alunos termina por sugerir na integridade socioeducativa desse aluno o seu anseio pessoal de valores e conquistas.

O professor exerce papel importante na formação integral dos alunos, no sentido de que transmite seus valores e apontar as possibilidades de escolha diante dos modos de vida, sem abordar diretamente as questões de gênero.

Quando se fala na escola é primordial o apoio ao professor, esta tem se negligenciado seu importante papel político de instrumento de modificação social, é nestas questões que a educação brasileira está passando por mudanças estruturais e até mesmo dogmáticas, no sentido de que as discussões de gênero devem permanecer inseridas no campo educacional por meio de debates e de apoio à divulgação da produção científica, em especial na formação de professores.

Dessa maneira, podemos concluir que a formação primordial de um professor de Ensino Médio, está em poder, ter uma estrutura psicológica que lhe valha um enfrentamento de desafios que lhe são propostos na sua formação do carácter de uma sociedade, infelizmente o de inclusão de gênero no presente é sempre penoso.

Considerações finais

A problemática do gênero nas escolas define-se por desvendar e explicitar as discriminações e preconceitos associados ao gênero, no sentido de garantir a igualdade como princípio para o exercício da cidadania, pois é inegável que há muitas diferenças nos comportamentos de meninos e meninas, e reconhecê-las é fundamental para trabalhar nossos jovens, no sentido de respeitar as diferenças e naturalizar as relações entre estes, mostrando que estas diferenças não os fazem melhores que outros. O trabalho sobre relações de gênero tem como propósito combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação. A flexibilização dos padrões visa permitir a expressão de potencialidades existentes em cada ser humano e que são dificultadas pelos estereótipos de gênero.

Assim, buscando pela via da educação, ajudar os jovens a construir relações de gênero com equidade, respeito pelas diferenças, somando e complementando o que os homens e as mulheres têm de melhor, compreendendo o outro e aprendendo com isso a serem pessoas mais abertas e equilibradas.

Referências

ABUD, Kátia Maria; SILVA, André Chaves de Melo, ALVES, Ronald Cardoso. **Ensino de história**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

APERS. Arquivo público do estado do Rio Grande do Sul. 2017. Disponível em: <<http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php>>. Acesso em: 24 maio 2017.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes; SEVERINO, Antônio Joaquim; PIMENTA, Selma Garrido. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **O saber histórico na sala de aula**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação: 2014-2024**. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2016.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília: MEC, 2012.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. **Parâmetros nacionais de qualidade para a Educação Infantil**. Secretaria de Educação Básica. Brasília, MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://spm.gov.br/>>. Acesso em: 24 maio 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas do gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. (Org.). **Ensino de física**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

FOCHI, Graciela Márcia. **Metodologia do ensino de história**. Indaial: Uniasselvi, 2015.

HORN, Geraldo Balduino; GERMINARI, Geysa Dongley. **O ensino de história e seu currículo: teoria e método**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

ISEA. Instituto para Aprendizagem Social, Emocional e Ambiental/ISEA. **Promovendo a aprendizagem socioemocional**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.iasea.org.br/iasea>>. Acesso em: 22 maio 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

SCOTT, Joan W. **Gênero uma categoria útil de análise histórica**. Campinas: Educação e Realidade, 2008.

Artigo recebido em 30/05/17. Aceito em 10/07/17.